

1. Informações sobre a Companhia

a) Informações gerais

A Mangels Industrial S.A. é uma sociedade por ações domiciliada no Brasil, sendo suas ações negociadas na BM&FBovespa. A sede social da Companhia está localizada à Rua Laplace, 74 – 1º andar – conjuntos 11 e 12 - São Paulo – SP.

A Companhia tem por objetivo a produção e venda de: rodas automotivas de alumínio, de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e tanques de ar combustível para ônibus e caminhões, prestação de serviços de requalificação em recipientes para GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de GLP e centro de serviço de aço.

A Mangels alienou o negócio de Galvanização em Setembro de 2012, descontinuou o negócio de estamparia destinado ao mercado de montadoras, desenvolvido na Unidade de Cilindros em Três Corações – MG e as atividades de têmpera, relaminação, decapagem e centro de serviços de aço, realizadas na fábrica localizada em São Bernardo do Campo – SP, em 2012 e 2013 respectivamente, com o objetivo de otimizar os seus resultados, fortalecer a sua posição financeira e capitalizar a Companhia.

O resultado de 2013 da operação descontinuada de São Bernardo do Campo está divulgado na Nota Explicativa nº 25.

b) Aprovação das Demonstrações Contábeis

As informações contábeis individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A - Em Recuperação Judicial, (a seguir designada “Controladora”, “Companhia”, ou “Mangels”), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 27 de Março de 2014.

1.1 Recuperação Judicial

Nos últimos três anos, a Companhia fez reestruturações drásticas em todas as áreas, desligou mais de 300 colaboradores, reduziu níveis hierárquicos, alienou negócios, descontinuou unidades fabris, reduziu seu portfólio de produtos, custos e despesas, ou seja, não mediu esforços para adequar toda a sua estrutura administrativa, produtiva e de vendas a sua estrutura de capital, que se apresenta inadequada.

Entendendo que a superação deste ambiente complexo em que está inserida, não se dará somente com medidas de gestão, a Companhia recorreu ao expediente da Recuperação Judicial.

Em 1º de Novembro de 2013 a Companhia e as controladas Mangels Componentes da Amazônia Ltda. e E.Koga & Cia. Ltda. - EPP ajuizaram ação de Recuperação Judicial, tendo o feito sido distribuído à 2ª. Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo – SP, Processo nº 1085973-43.2013.8.26.0100. O deferimento da ação foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 27 de Novembro de 2013.

Em 24 de janeiro de 2014, a Companhia apresentou seu Plano de Recuperação em atendimento ao artigo 53 da Lei nº 11.101/2005. A Administradora Judicial, nomeada pelo Juízo, KPMG Corporate Finance Ltda., elaborou a lista dos credores cujo edital foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 8 de Maio de 2014.

Após a apresentação do Plano de Recuperação, quatro Assembleias foram agendadas para aprovação do mesmo.

No dia 27 de Agosto foi realizada a Assembleia-Geral de Credores (“AGC”), no entanto em razão da falta de quórum necessário e pelo fato de ter havido impugnação, de valores, por parte de alguns credores a “AGC” foi suspensa para continuidade no dia 24 de Outubro.

Na “AGC” do dia 24 de Outubro, a Companhia apresentou alterações no Plano de Recuperação Judicial, respeitando o fluxo de caixa da Companhia e especificando formas de pagamento aos credores classificados como parceiros, estratégicos, fornecedores e financeiros, entretanto os credores solicitaram o adiamento da “AGC” para submeter à nova proposta de pagamento aos seus respectivos comitês de credores. O adiamento da “AGC” foi aprovado por unanimidade pelos credores presentes, tendo sido a continuação da mesma agendada para o dia 27 de Novembro de 2014.

A “AGC” realizada em 27 de Novembro de 2014, também foi suspensa pela impossibilidade da Companhia acordar com um item do Plano de Recuperação, qual seja, a definição de valor de venda mínima do imóvel localizado em São Bernardo do Campo. A nova “AGC” foi adiada para o dia 5 de Dezembro de 2014.

Na quarta e última “AGC”, o Plano foi aprovado por todas as classes de credores, nos termos do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005, conforme abaixo:

Classe I – Trabalhista – 100% dos credores presentes aprovaram;

Classe II – Garantia real – 100% dos credores aprovaram.

Classe III – Quirografários - (votos computados “por cabeça” e pelo valor do crédito) aprovação por 119 dos 120 credores presentes, representando 98,3%, totalizando R\$239 milhões que representa 75,22% do total dos créditos presentes.

Em 10 de Dezembro de 2014, o M.M. Juiz de Direito, Dr. Paulo Furtado de Oliveira Filho, proferiu a decisão homologatória da Recuperação Judicial, cuja publicação no Diário da Justiça Eletrônico se deu no dia 15 de Dezembro de 2014.

A aprovação do Plano permitirá a Companhia à superação da crise econômico-financeira, proporcionando honrar seus compromissos com seus credores, focar em seus negócios e preservar os empregos.

1.1.1. Plano de Recuperação Judicial

O Plano de recuperação judicial apresentado em 24 de Janeiro de 2014, bem como as Modificações ao Plano, aprovado na “AGC” do dia 5 de Dezembro de 2014, homologado pela Justiça e publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 15 de Dezembro de 2014, encontram-se disponíveis no site da Companhia (www.mangels.com.br), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) - Informações das Companhias em Recuperação Judicial ou Extrajudicial.

Abaixo segue resumo dos principais pontos do Plano de Recuperação Judicial da Companhia:

a) Proposições do Plano

O Plano de Recuperação teve como foco, além do equacionamento de seu passivo, a reestruturação global da Companhia iniciando pelo seu Conselho de Administração que deverá incorporar Conselheiros Independentes, visto que atualmente está com a sua composição mínima.

A Administração deverá ser profissional e independente e, portanto, deverá substituir as atuais pessoas ocupantes dos cargos de CEO (*Chief Executive Officer*) e CFO (*Chief Financial Officer*) dentro do prazo de um ano a contar da homologação judicial do Plano observado os critérios de capacitação técnicas e profissionais normalmente exigidos por empresas similares, sob pena de caracterizar descumprimento do Plano.

b) Meios de recuperação

Em linhas gerais, a Companhia poderá lançar mão de quaisquer meios expressamente previstos no artigo 50 da Lei nº 11.101/2005 dentre outros destacamos:

i) Alienação parcial: poderá alienar no curso normal de seus negócios quaisquer ativos permanentes e/ou imobilizados cujos valores individuais não superem R\$ 5 milhões, ou que, somados não ultrapassem a quantia máxima de R\$10 milhões no mesmo ano calendário. Eventuais alienações acima dos referidos valores deverão ser objeto de aprovação, em “AGC”, convocada especificamente para esta finalidade.

ii) Alienação da planta de São Bernardo do Campo: a Companhia obriga-se a alienar a terceiro a planta de São Bernardo do Campo, conforme descritas na forma do Plano, envidando os melhores esforços para que a referida alienação ocorra dentro do prazo de 24 meses a contar da homologação do Plano.

No prazo de até 30 dias após a homologação do plano de recuperação judicial, os credores financeiros apresentarão aos credores parceiros com garantia real, que sejam titulares de garantia real sobre o imóvel a ser vendido, uma lista de cinco empresas de avaliação de reputação internacional, dentre as quais esses credores parceiros com garantia real escolherão duas empresas, para elaboração de avaliação do imóvel.

Em cada laudo de avaliação, serão apurados dois valores do imóvel: (a) um valor de mercado do imóvel, e (b) um valor do imóvel no caso de venda forçada. Em seguida, serão calculadas as médias aritméticas entre esses valores, em cada laudo de avaliação (“Média aritmética 1” e “Média aritmética 2”).

Após, será apurada a média aritmética entre os valores identificados na “Média aritmética 1” e “Média aritmética 2”, chegando-se ao Valor base de venda.

Para fins de validade e eficácia da venda do imóvel, por qualquer das formas previstas na Lei nº 11.101/2005, deverão ser observados os seguintes valores mínimos:

- Caso o imóvel seja vendido dentro do prazo de um ano, a contar da homologação do plano de recuperação judicial, o valor mínimo de venda deverá ser o menor valor verificado entre (i) R\$68 milhões e (ii) o Valor base de venda, com desconto de 30%;
- Caso o imóvel seja vendido no curso do segundo ano, a contar da homologação do plano de recuperação judicial, o valor mínimo de venda deverá ser de R\$60 milhões;
- Caso o imóvel seja vendido a partir do terceiro ano, a contar da homologação do plano de recuperação judicial, o valor mínimo de venda deverá ser o menor valor verificado entre (i) R\$60 milhões e (ii) Valor base de venda, com desconto de 30%;

Caso eventual proposta firme ou vencedora em venda judicial seja igual ou superior aos valores mínimos acima dispostos, observados os prazos acima, a venda será considerada aprovada pelos credores, independentemente de qualquer manifestação posterior em nova assembleia geral.

iii) **Capitalização:** na hipótese de descumprimento de qualquer dos **covenants financeiros**, abaixo descritos, a qualquer tempo, inclusive após o encerramento do processo de Recuperação Judicial, a Companhia obriga-se a contratar, às suas expensas, incluindo, entre outras modalidades de investimento, “joint ventures”, emissão de debentures, alienações parciais ou totais de ações, aumento de capital etc., com a finalidade de efetuar capitalização que viabilize o cumprimento dos covenants e, conseqüentemente, a geração de recursos necessários para pagamento aos credores.

A contratação desta consultoria especializada, bem como a estrutura e condições desta capitalização, estarão sujeitas à previa aprovação pelos credores. Os credores financeiros quirografários poderão sugerir nomes de consultoria.

Essa capitalização poderá ser feita com aporte de capital de terceiros com a emissão de Debentures ou outras formas de títulos de crédito que permitam o pagamento em longo prazo.

A capitalização poderá ocorrer pelo aumento de capital social da Companhia, com a emissão de novas ações, observando-se o direito de subscrição dos atuais acionistas.

A efetivação da capitalização ficará subordinada a aprovação em nova “AGC” convocada, observado o quórum disposto no artigo 45 da Lei nº 11.101/2005.

Covenants financeiros:

		Em dezembro de 20xx									
Covenant	Indicador (*)	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
1	Dívida Líquida / EBITDA	15 x	10x	9x	8x	7x	6x	5x	4x	4x	4x
2	EBITDA/Dívida Líquida CP	0,4x	0,4x	0,3x	0,2x	0,3x	0,3x	0,4x	0,4x	0,2x	0,2x
3	Liquidez corrente	0,6x	0,6x	0,6x	0,6x	0,6x	0,6x	0,6x	0,6x	0,4x	0,1x

(*)

Dívida Líquida = Dívida Líquida financeira

EBITDA = 12 meses

Dívida líquida CP = Dívida Líquida financeira de Curto Prazo com despesa financeira

Despesa financeira = últimos 12 meses

Liquidez corrente = Ativo Circulante/Passivo Circulante

iv) **Alteração do controle societário:** os acionistas da Companhia poderão negociar a alienação de parte ou mesmo da integralidade do controle com eventuais investidores interessados, sempre de acordo com as normas da CVM, em qualquer hipótese sujeito a aprovação prévia dos credores reunidos em “AGC” convocada especificamente para esta finalidade.

A alienação total ou parcial do controle societário da Companhia após o encerramento do processo de Recuperação Judicial implicará vencimento antecipado das dívidas concursais, tornando o respectivo saldo devedor em aberto imediatamente exigível, exceto se a Companhia obtiver o consentimento da maioria dos credores.

v) A Companhia poderá adotar e se dispõe a debater com os credores quaisquer outras formas de recuperação, dentre aquelas relacionadas no artigo 50 da Lei nº 11.101/2005, que possam favorecer o Plano de Recuperação.

c) Forma de pagamento aos credores

O Plano de Recuperação apresentado em 24 de janeiro de 2014 considerou as dívidas até a data do pedido da Recuperação Judicial, ou seja, 1º de Novembro de 2013, e foram agrupadas em três classes de credores.

Abaixo segue demonstrados os valores em 31/12/2013:

31/12/2013

A - Credores sujeitos a recuperação judicial

Classe I - Trabalhista		14.598
Classe II – Com garantia real		
Fornecedores	2.141	
Empréstimos	94.293	96.434
Classe III - Quirografários		
Fornecedores	31.701	
Empréstimos	291.549	323.250
Total sujeito a recuperação judicial		434.282

B - Credores não sujeitos a recuperação judicial

Dívida fiscal tributária		8.067
Credores fiduciários		17.678
Total não sujeito a recuperação judicial		25.745
Total da dívida		460.027

Entretanto, após a elaboração da lista dos credores pela Administradora Judicial bem como de Impugnações de Crédito por parte de alguns credores, o valor original constante do Plano de Recuperação aprovado, passa a ser o abaixo demonstrado:

31/12/2014

A - Credores sujeitos a recuperação judicial

Classe I - Trabalhista		713
Classe II – Com garantia real		
Fornecedores	2.151	
Empréstimos	108.840	110.991
Classe III - Quirografários		
Fornecedores	28.371	
Empréstimos	317.748	346.119
Total sujeito a recuperação judicial		457.823

B - Credores não sujeitos a recuperação judicial

Dívida fiscal tributária	7.205
Credores fiduciários	10.901
Total não sujeito a recuperação judicial	18.106
Total da dívida	475.929

O Plano de recuperação prevê diversas formas de pagamentos desses créditos, abaixo segue resumo dos termos aprovados na “AGC” de 5 de dezembro de 2014:

i) Classe I -Trabalhista

Em conformidade com o artigo 54 da Lei nº 11.101/2005, estes credores serão pagos dentro do prazo de um ano a contar da data de homologação do Plano de Recuperação, ou seja, dia 15 de Dezembro de 2014, ou no mesmo prazo a contar da sentença que julgar a habilitação do crédito.

ii) Classe II - Credores com garantia real

É composto basicamente por empréstimos firmados com instituições financeiras e alguns fornecedores que possuem garantia de imóveis, instalações e/ou os equipamentos da planta de São Bernardo do Campo, cujo montante está registrado na rubrica de “Ativo de operações descontinuadas”, e as instalações e os equipamentos da planta de Manaus.

Essa classe de credores foi dividida em subclasses:

1) Credores parceiros com garantia real que concordaram com a liberação e substituição de garantias.

Nesta categoria encontram-se as instituições financeiras Deutsche Investitions– und Entwicklungsgesellschaft mbH (DEG)e Netherlands Development Finance Company (FMO) O valor da dívida, convertidos em dólares norte-americanos, não sofrerá qualquer desconto, e será corrigido, a partir da homologação do Plano de Recuperação mensalmente, à taxa equivalente a 5% a.a. Os valores considerados para pagamento são os constantes da última relação de credores publicada.

O ativo liberado, ou seja, a planta de São Bernardo do Campo será alienada, aplicando as disposições do artigo 60 e parágrafos, da Lei nº 11.101/2005, observando-se quaisquer das modalidades de alienação previstas nos artigos 141, 142 e 144 do mesmo diploma legal, sendo que os parâmetros do procedimento de alienação serão definidos pela Companhia e DEG / FMO, e serão submetidos previamente ao Juízo da Recuperação Judicial.

Porém, previamente a Companhia deverá:

a) Informar aos credores parceiros se receberam propostas firmes e por escrito de terceiros interessados na aquisição dos ativos, indicando o valor da proposta de aquisição e o nome do interessado. Esses poderão ainda, indicar corretor de sua confiança sem clausula de exclusividade, e com remuneração “ad exitum”, á qual será deduzida do valor apurado com a venda do imóvel.

b) Os credores manifestarão formalmente a sua concordância com a realização do procedimento de alienação dos ativos onerados, por qualquer das formas previstas na lei, sendo que a efetiva liberação dos atuais ônus ficará sujeita às condições abaixo:

Após a alienação dos ativos, os credores desta subclasse, receberão em pagamento, para reduzir o valor de suas dívidas, o equivalente a 50% do montante líquido que for apurado com a alienação dos ativos, ou, os seguintes montantes sempre o que for maior:

- (i) US\$ 15 milhões, caso a venda dos ativos ocorra nos primeiros 6 (seis) meses a contar da homologação do Plano;
 - (ii) US\$ 15,5 milhões, caso a venda dos ativos ocorra entre 6 (seis) meses e 12 (doze) meses a contar da homologação do Plano;
 - (iii) US\$ 16 milhões, caso a venda dos ativos ocorra entre 12 (doze) meses e 18 (dezoito) meses a contar da homologação do Plano;
 - (iv) US\$ 16,5 milhões, caso a venda dos ativos ocorra entre 18 (dezoito) meses e 24 (vinte e quatro) meses a contar da homologação do Plano;
 - (v) US\$ 18,5 milhões, caso a venda dos ativos ocorra a partir de 24 (vinte e quatro) meses a contar da homologação do Plano;
- Em qualquer caso, os valores pagos serão aplicados proporcionalmente ao valor principal da dívida.

c) Os ônus que atualmente gravam os ativos não serão liberados pelos credores até que o referido valor esteja integralmente a sua disposição, depositado em conta corrente de suas titularidades.

d) A liberação dos ônus que atualmente recaem sobre os ativos a serem alienados, e a transferência de propriedade dos referidos ativos para terceiro adquirente, somente ocorrerão mediante o cumprimento cumulativo das seguintes condições precedentes: (i) pagamento integral do valor definido conforme descrito no item b) acima; (ii) prévia constituição e o registro no Registro de Imóveis de hipoteca de primeiro grau do imóvel de propriedade da Companhia situado em Três Corações, estado de Minas Gerais, bem como o penhor de primeiro grau sobre todos os equipamentos e demais bens móveis existentes na planta; (iv) a garantia hipotecária e o penhor sobre os equipamentos deverão ser constituídos dentro do prazo de até 3 (três) meses após a homologação do Plano e terão prioridade sobre quaisquer garantias de segundo grau, inclusive em caso de falência.

e) Na forma disposta no artigo 50, §1º da lei 11.01/2005 não poderá ser expedido qualquer documento que autorize a liberação das atuais garantias dadas em favor dos credores parceiros com garantia real bem como a transferência de propriedade dos ativos alienados para terceiro adquirente, sem a prévia e expressa declaração dos Credores;

f) A liberação das atuais garantias existentes somente será realizada com a declaração dos credores parceiros com garantia real de que foram cumpridas as condições precedentes dispostas no item d; não podendo estes negar a autorização para a alienação;

g) Os credores parceiros com garantia real indicarão uma empresa especializada e independente para avaliar o valor de mercado dos ativos que vierem a ser liberados, sendo que a Companhia concordará em vender de imediato os ativos liberados para um comprador indicado por esta empresa, desde que respeitadas todas as disposições do Plano;

h) Os valores apurados com a alienação dos ativos atualmente onerados, e que não forem utilizados para pagamento dos Credores parceiros com garantia real, serão destinados para fortalecer o capital de giro e os

investimentos nas atividades da Companhia. Esses valores não poderão ser utilizados para pagamento de quaisquer outros credores, exceto, se necessário e parcialmente, para credores trabalhistas e credores quirografários estratégicos.

Caso as condições e procedimentos previstos nos itens (a) até (h) não sejam integralmente cumpridos, todos os atos jurídicos praticados relativos à liberação e alienação dos ativos onerados em favor dos credores parceiros em garantia real serão considerados nulos de pleno direito, permanecendo com as garantias que atualmente detém.

Não obstante, caso a hipoteca sobre o imóvel de Três Corações tenha sido constituída em favor dos credores parceiros com garantia real, ela permanecerá válida e vigente.

Adicionalmente, a Companhia compromete-se a:

a) Assegurar e adotar todas as providências necessárias para que seja mantido um índice de cobertura de garantia sobre o saldo devedor de dívida, isto é, o percentual do saldo devedor da dívida a que corresponde o valor dos bens sujeitos à garantia real de primeiro grau constituída pela Companhia, conforme valor de venda forçada atribuído em laudo de avaliação a ser realizado por um avaliador independente indicado pela Companhia, aprovado pelos credores parceiros com garantia real, a cada 12 (doze) meses a partir da aprovação do Plano equivalente a, no mínimo, 150%. Para tanto a Companhia obriga-se a constituir hipoteca, penhor, ou outro direito real de garantia em primeiro grau em bem livre e desimpedido de propriedade da Companhia sempre que necessário para que o índice de cobertura de garantia de 150% seja sempre observado;

b) A partir da data de homologação do Plano até o integral pagamento do crédito devido aos credores com garantia real, de acordo com o cronograma estabelecido, a Companhia, obriga-se a respeitar as condições e obrigações relacionadas no anexo A, do Plano de Recuperação aprovado em 5 de Dezembro de 2014.

Observado o direito dos credores parceiros que concordaram com a liberação e substituição das garantias receberem o pagamento conforme descrito acima, o saldo devedor da dívida será pago da seguinte forma:

- Início dos pagamentos dos juros de 2,5% a.a., em 5 de Junho de 2015. O pagamento se dará em parcelas semestrais durante o período de carência de 18 meses, computados a partir da data da aprovação do Plano, ou seja, a partir de 5 de Dezembro de 2014;
- 80% da dívida serão pagos, após um período de carência de 18 (meses), portanto, em 5 de Junho de 2016, inicia o pagamento em 7 (sete) parcelas semestrais iguais e sucessivas, corrigidos, desde a aprovação do Plano, a taxa de 5% a.a., esta computada após o término do período de carência;
- 20% da dívida serão pagos, após um período da carência de 36 meses, ou seja, em 5 de Dezembro de 2017, inicia o pagamento em 10 (dez) parcelas iguais e sucessivas corrigidas desde a aprovação do Plano, a taxa de 5% a.a.;
- Na hipótese da venda do imóvel de São Bernardo do Campo, aplica-se o descrito acima (item 6.2.4 do Plano de Recuperação Modificativo).

O pagamento da dívida com o DEG / FMO, seguirá o fluxo anual de pagamentos conforme projetado abaixo, não considerando o pagamento pela venda do imóvel de São Bernardo do Campo:

US\$ mil				
Ano	Taxa de juros % a.a.	Juros	Pagamentos (Principal + Juros)	Saldo devedor
2014				39.566

2015	2,5%	983	(913)	39.636
2016	2,5% a 5%	1.544	(5.995)	35.185
2017	5%	1.588	(10.682)	26.091
2018	5%	1.116	(11.779)	15.428
2019	5%	591	(11.254)	4.765
2020	5%	210	(1.799)	3.176
2021	5%	131	(1.720)	1.587
2022	5%	53	(1.640)	-
		6.214	(45.782)	

2) Credores com garantia real que mantiveram as condições originalmente contratadas

Nesta subclasse encontra-se o Banco da Amazônia S/A – Basa, que tem como garantia a planta de Manaus.

O pagamento a esse credor se dará da seguinte forma:

- Pagamento das parcelas vencidas até 15 (quinze) dias úteis após a homologação do Plano, isto é, no dia 5 de janeiro de 2015, corrigidas nas condições originalmente pactuadas, sem incidência de multas, até a data de sua liquidação;
- O saldo devedor será pago em 138 (cento e trinta e oito) meses, estando incluso neste prazo 18 (dezoito) meses de carência, período em que haverá o pagamento de 50% (cinquenta por cento) dos juros e capitalização de 50% (cinquenta por cento) dos juros previstos ambos previstos no contrato;
- Os encargos, incluído juros e correção monetária, serão de 10% (dez por cento) ao ano, os quais terão um bônus de adimplemento de 15% (quinze por cento) conforme previsão contratual;
- As garantias originalmente pactuadas serão mantidas.

Abaixo segue demonstrado o fluxo de pagamentos anuais projetados para esta subclasse:

R\$ mil

Ano	Juros 10% a.a.	Capitalização dos juros + bônus de adimplemento	Pagamentos (principal + juros)	Saldo final
Saldo inicial				3.448
2014	106	-		3.554
2015	263	(129)	(954)	2.734
2016	261	(72)	(212)	2.711
2017	255	(38)	(298)	2.630
2018	246	(37)	(323)	2.516
2019	233	(35)	(351)	2.363
2020	217	(31)	(381)	2.168
2021	195	(28)	(414)	1.921
2022	169	(24)	(450)	1.616
2023	137	(20)	(489)	1.244
2024	98	(14)	(533)	795
2025	51	(7)	(581)	258

2026	5	(1)	(262)	-
	2.236	(436)	(5.248)	-

3) Credores estratégicos com garantia real

Nesta classe enquadram os credores que por sua importância na operação, exigem tratamento específico.

Para esses credores a dívida será liquidada em 10 (dez) parcelas semestrais, iguais e sucessivas, a partir da homologação do Plano de Recuperação, com incidência de encargos (juros e correção monetária) equivalentes à variação percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Segue abaixo a projeção do fluxo de pagamento mensal para esta subclasse, com taxas de CDI estimadas para o período de 2015 a 2020:

Ano	Taxa CDI projetada % a.a.	Juros	Pagamentos (principal+ juros)	Saldo final
Saldo inicial				2.141
2014	11,51	10		2.151
2015	12,32	277		2.428
2016	11,32	248	(636)	2.040
2017	10,37	193	(703)	1.530
2018	9,32	127	(637)	1.020
2019	9,07	79	(589)	510
2020	9,07	34	(544)	-
		968	3.109	

iii) Credores quirografários

É composto por credores que não possuem preferência ou garantia em relação a seus créditos. Os credores foram segregados entre fornecedores e financeiros e foram criadas subclasses conforme descrito abaixo:

1) Credores quirografários fornecedores

O pagamento da dívida será amortizado em 8 (oito) anos, compreendido o período de carência de 18 (dezoito) meses, com 20% de deságio e acrescidos de encargos (juros e correção monetária) a taxa equivalente à variação do CDI, computados a partir da data de homologação do Plano de Recuperação. Para os credores cujo crédito original for em moeda estrangeira será considerado o valor em Reais, convertido pelo Ptax do dia da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, ou seja, dia 1º de Novembro de 2013.

Após a carência de 18 (dezoito) meses se fará o pagamento do valor devido em 13 (treze) parcelas semestrais acrescidas de encargos (juros e correção monetária), equivalente à variação percentual do CDI, computados a partir da data de homologação do Plano de Recuperação.

Segue abaixo a projeção do fluxo de pagamento mensal para esta subclasse, com taxas de CDI estimadas para o período de 2015 a 2022:

Em R\$ mil

Ano	Taxa CDI projetada % a.a.	Deságio	Juros	Pagamentos (principal+ juros)	Saldo final
Saldo inicial					14.402
2014	11,51	(2.873)	22	-	11.551
2015	12,32	-	1.423	-	12.974
2016	11,32	-	1.468	(1.106)	13.336
2017	10,37	-	1.277	(3.504)	11.109
2018	9,32	-	949	(3.174)	8.884
2019	9,07	-	728	(2.949)	6.663
2020	9,07	-	533	(2.754)	4.442
2021	9,07	-	335	(2.555)	2.222
2022	9,07	-	139	(2.361)	-
		(2.873)	6.874	(18.403)	

2) Credores quirografários estratégicos dentro da classe quirografários

Nesta classe enquadram os credores que por sua importância na operação, exigem tratamento específico.

Para esses credores a dívida será liquidada em 10 (dez) parcelas semestrais, iguais e sucessivas, a partir da homologação do Plano de Recuperação, com incidência de encargos (juros e correção monetária) equivalentes à variação percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Segue abaixo a projeção do fluxo de pagamento mensal para esta subclasse, com taxas de CDI estimadas para o período de 2015 a 2020:

R\$ mil

Ano	Taxa CDI projetada % a.a.	Juros	Pagamentos (principal+ juros)	Saldo Final
Saldo inicial				16.740
2014	11,51	80	-	16.820
2015	12,32	2.073	-	18.893
2016	11,32	2.012	(4.955)	15.950
2017	10,37	1.488	(5.480)	11.958
2018	9,32	979	(4.968)	7.969
2019	9,07	601	(4.586)	3.984
2020	9,07	250	(4.234)	-
		7.483	24.223	-

3) Credores de valor reduzido dentro da classe quirografários

Serão liquidados todos os créditos quirografários, até o valor de R\$ 8.00,00 (oito mil reais). Da mesma forma, desde que seu fluxo de caixa permita, poderão oferecer o mesmo valor fixo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) a todos os credores que, ainda que em valores superiores, aceitarem quita a dívida por esse valor.

O valor apurado nesta subclasse soma R\$ 715 mil.

4) Credores financeiros dentro da classe quirografários

Para os créditos desta subclasse foram oferecidos duas opções de liquidação:

i) **Opção A: pagamento em 8 (oito) anos, observado as seguintes condições:**

- Carência de 24 (vinte e quatro) meses, a contar do dia 24 de Outubro de 2014.

Durante o período de carência, serão computados encargos (juros e correção monetária) equivalentes à variação percentual do CDI, acrescidos do percentual de 0,5% (meio por cento) ao ano. Para os credores cujo crédito é em moeda estrangeira, será aplicada a taxa LIBOR acrescida de 2,55% (dois virgula cinquenta e cinco por cento). Entretanto, nesse período não haverá qualquer pagamento, estes serão pagos no 120º mês, isto é, em 24 de Outubro de 2022, atualizado a partir da data do encerramento do período da carência até a data do efetivo pagamento, acrescidos dos mesmos encargos acima descritos.

- Pagamento do valor principal em parcelas semestrais, acrescidos de encargos (juros e correção monetária) equivalentes à variação do CDI acrescidos de 0,5% ao ano para créditos em reais e Libor + 2,5% para créditos em moeda estrangeira, computados sobre o saldo devedor após o período de carência, escalonados conforme abaixo:

✓ No período compreendido de 24 de Abril de 2017 (25º mês) a 24 de Outubro de 2018 (48º mês) serão amortizados 5% (cinco por cento) do principal da dívida a cada ano;

✓ Entre 24 de Novembro de 2018 (49º mês) e 24 de Outubro de 2022 (96º mês) serão amortizados 10% (dez por cento) do principal da dívida a cada ano;

✓ Entre 24 de Novembro de 2022 (97º mês) e 24 de Outubro de 2024 (120º mês), serão amortizados 15% (quinze por cento) do principal da dívida a cada ano;

✓ Entre 24 de Outubro de 2024 (120º mês), serão pagos o saldo remanescentes, considerando que os encargos estarão quitados juntamente com os pagamentos do principal, conforme descritos acima.

Segue a projeção do fluxo de pagamento mensal dos créditos devidos em Reais. As taxas de CDI para o período de 2015 a 2022 foram estimadas para efeito de projeção:

R\$ mil				
Ano	Taxa CDI projetada + 0,5 % a.a.	Juros	Pagamentos (principal+ juros)	Saldo Final
Saldo inicial				136.389
2014	12,01	1.506	-	137.895
2015	12,82	17.682	-	155.577

2016	11,82	18.447	-	174.024
2017	10,87	17.920	(21.313)	170.631
2018	9,82	15.938	(19.326)	167.243
2019	9,12	14.291	(24.441)	157.093
2020	9,57	14.113	(23.467)	147.739
2021	9,57	13.223	(22.250)	138.712
2022	9,57	12.411	(20.977)	130.146
2023	9,57	11.367	(26.358)	115.155
2024	9,57	8.340	(123.495)	-
		145.238	(281.627)	

No quadro abaixo, está demonstrado o fluxo de pagamento mensal, da dívida indexada em US\$. A taxa de juros estimada para o período foi de 3,77% a.a.:

US\$ mil			
Ano	Juros	Pagamentos (principal+ juros)	Saldo Final
Saldo inicial			40.060
2014	234	-	40.294
2015	1.278	-	41.572
2016	1.429	-	43.001
2017	1.208	(3.248)	40.961
2018	1.255	(3.185)	39.031
2019	1.167	(5.109)	35.089
2020	1.047	(4.985)	31.151
2021	921	(4.857)	27.215
2022	798	(4.731)	23.282
2023	647	(6.592)	17.337
2024	397	(17.734)	-
	(10.381)	(50.441)	

ii) Opção B: pagamento em 9 (nove) anos, observado as seguintes condições:

- Carência de 12 (doze) meses, a contar do dia 24 de Outubro de 2014.

Durante o período de carência, serão computados encargos (juros e correção monetária) equivalentes à variação percentual do CDI, acrescidos do percentual de 0,5% (meio por cento) ao ano. Entretanto, nesse período não haverá qualquer pagamento, estes serão pagos no 120º mês, isto é, em 24 de Outubro de 2022, atualizado a partir da data do encerramento do período da carência, até a data do efetivo pagamento, acrescidos dos mesmos encargos acima descritos.

- Pagamento do valor principal em parcelas semestrais, acrescidos de encargos (juros e correção monetária) equivalentes à variação do CDI acrescidos de 0,5% ao ano para créditos em reais e Libor + 2,55% para créditos em moeda estrangeira computados sobre o saldo devedor após o período de carência, escalonados conforme descrito abaixo:

✓ No período compreendido de 24 de Abril de 2016 (13º mês) a 24 de Outubro de 2019 (60º mês) serão amortizados 2% (dois por cento) do principal da dívida a cada ano;

✓ Entre 24 de Novembro de 2019 (61º mês) e 24 de Abril de 2020 (66º mês) serão amortizados 4% (quatro por cento) do principal da dívida;

- ✓ Entre 24 de Maio de 2020 (67º mês) e 24 de Outubro de 2022 (96º mês) serão amortizados 25% (vinte e cinco por cento) do principal da dívida;
- ✓ Entre 24 de Novembro de 2022 (97º mês) e 24 de Abril de 2024 (114º mês), serão amortizados 22,5% (vinte e dois e meio por cento) do principal da dívida a cada ano;
- ✓ Entre 24 de Outubro de 2024 (120º mês), serão pagos o saldo remanescentes, considerando que os encargos estarão quitados juntamente com os pagamentos do principal, conforme descritos acima.

Segue abaixo a projeção do fluxo de pagamento mensal dos créditos devidos em Reais. As taxas de CDI para o período de 2015 a 2024 foram estimadas para efeito de projeção:

R\$ mil

Ano	Taxa CDI projetada + 0,5 % a.a.	Juros	Pagamentos (principal+ juros)	Saldo Final
Saldo inicial				71.452
2014	12,01	1.415	-	72.867
2015	12,82	9.344	-	82.211
2016	11,82	9.295	(9.793)	81.713
2017	10,87	8.561	(9.021)	81.253
2018	9,82	7.793	(8.258)	80.788
2019	9,12	7.216	(7.615)	80.389
2020	9,57	7.112	(12.299)	75.202
2021	9,57	6.682	(12.525)	69.359
2022	9,57	6.150	(11.857)	63.652
2023	9,57	5.485	(14.677)	54.460
2024	9,57	3.894	(58.354)	-
		72.947	(144.399)	-

Abaixo segue demonstrado o fluxo consolidado de pagamento mensal das dívidas constante do Plano de Recuperação Judicial. As dívidas em moeda estrangeira foram convertidas em Reais, com taxas de cambio estimadas para o período que variam de R\$2,75/US\$ para 2015 a R\$ 3,49/US\$ em 2026.

Não foram considerados na projeção os recursos advindos da venda do imóvel de São Bernardo do Campo.

Ano	Valor
2015	3.965
2016	33.446
2017	80.411
2018	80.916
2019	90.081
2020	64.724
2021	58.880
2022	57.083
2023	64.369
2024	244.214

2025	581
2026	260
TOTAL	778.930

2. Apresentação das demonstrações contábeis e resumo das principais práticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1– Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis requer uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, não foram objeto de auditoria, ou revisão por parte de nossos auditores independentes.

a) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

b) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligada e controlada em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que

aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua

adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

2.2 – Consolidação

2.2.1 – Demonstrações contábeis consolidadas

As informações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Mangels Industrial S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, apresentadas abaixo:

			Participação no Capital Social - %	
			31/12/2014 e 31/12/2013	
	Principal atividade	País-sede	Direta	Indireta
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Comercialização de tiras e bobinas de aço	Brasil	99,99	-
Mangels International Corporation	Comercialização produtos da Companhia	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	-
Mangels USA Corporation	Comercialização produtos da Companhia	EUA	-	100,00
E. Koga & Cia Ltda. - EPP	Classificação de vasilhames vazios de GLP	Brasil	100,00	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta data na qual a Mangels Industrial S.A. detém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intergrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intergrupo, são eliminados por completo. Quando requerido, as políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Uma transação na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como entre o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constante nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2.2 – Normas novas, alterações e interpretações de normas

Emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações contábeis e não adotadas antecipadamente pela Companhia.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros - em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A Companhia está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – a IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.3 – Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os grupos do ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o contábil e o valor justo, deduzidos dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A administração deve comprometer-se com a venda dentro de um ano a partir da data de sua classificação.

Na demonstração consolidada do resultado do exercício corrente e do exercício anterior, as receitas e despesas de operações descontinuadas são divulgadas em separado, das demais receitas e despesas, depois da rubrica de lucro após impostos. O lucro ou prejuízo resultante (após os impostos) é divulgado separadamente na demonstração do resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

2.4 - Apresentações de informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia, suportada pelo Conselho de Administração.

2.5 – Conversão em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações contábeis.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira exceto quando essas variações forem utilizadas como operações de hedge de investimentos líquidos, neste caso serão contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira das empresas sediadas no exterior (nenhuma das quais opera em economia considerada hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação (Reais), são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- ✓ ativos e passivos, convertidos pela taxa de câmbio na data de fechamento do balanço;
- ✓ receitas e despesas, convertidas pela taxa média de câmbio do mês em que estas são registradas; todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica Ajustes Acumulados de Conversão, e são reconhecidas no resultado quando da realização dos investimentos.
- ✓ Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.6 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.7 – Ativos financeiros

2.7.1 – Classificação

Sua classificação é determinada pela administração no seu reconhecimento inicial e depende da finalidade para o qual foram adquiridos. São duas categorias nas quais os ativos financeiros são classificados pela Companhia:

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo e é contabilizado no ativo circulante.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

(b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

2.7.2 – Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo de amortização, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no exercício em que ocorrem. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, como por exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outros resultados operacionais líquidos, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam no mínimo possíveis com informações geradas pela administração da própria Companhia.

2.7.3. – Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7.4– Impairment de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira; e
 - c) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

2.8 – Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD ou impairment) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros resultados operacionais, líquidos", na demonstração do resultado.

2.9 – Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.10 – Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que demandam certo tempo para ficar pronta menos depreciação acumulada apurada pelo método linear, considerando-se a estimativa de vida útil econômica dos respectivos itens e que são revisadas ao final de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, no período de ocorrência.

O valor do ativo imobilizado é reduzido para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros resultados operacionais, líquidos”.

2.11 – Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e os gastos são refletidos na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil econômica estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômico futuros desses ativos, são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria consistente com a utilização do ativo intangível, e sua amortização é reconhecida de forma linear.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. Neste sentido, em 2013 a Companhia revisou seus ativos classificados como intangível e imobilizado e conclui pela baixa integral do ágio proveniente de expectativa de rentabilidade futura.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia e os valores estão representados na Nota Explicativa 13:

	Software	Desenvolvimento de Sistemas
Vida útil	Definida	Definida
Método de amortização utilizado	Linear	Linear

2.12 – Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que tem uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são considerados os efeitos de obsolescência, demanda concorrência e outros fatores econômicos. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

2.13 – Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Em decorrência do pedido de Recuperação Judicial os financiamentos sujeitos a essa ação estão classificados em conformidade com o Plano de Recuperação, conforme discriminado na nota 1.1.

2.14 – Contas a pagar a fornecedores e provisões

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Em decorrência do pedido de Recuperação Judicial os fornecedores sujeitos a essa ação estão classificados em conformidade com o Plano de Recuperação, conforme discriminado na nota 1.1.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. São mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflita os riscos específicos da obrigação.

2.15 – Benefícios aos empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social, férias, 13º salário), remunerações variáveis como: participação nos lucros, bônus e plano de previdência privada (contribuição definida) administrada por seguradora.

a) Benefícios da Aposentaria

Em 28 de Abril de 2005 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria, sendo este administrado pelo Multipensions Bradesco – Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais.

O plano de previdência complementar é concedido aos funcionários ativos, e que são elegíveis ao referido plano de acordo com o atendimento de determinadas condições. Esses benefícios são registrados no resultado quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

Em 19 de junho 2013 a Companhia suspendeu o plano de previdência complementar pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

b) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas remuneram seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no exercício. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa operacional nos resultados (custo dos produtos vendidos, despesas com vendas ou despesas administrativas) quando o colaborador atinge as condições de desempenho estabelecidas.

2.16 - Impostos

Impostos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto as autoridades fiscais, hipóteses em que o impostos sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item da despesas, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas,
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitos aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: (i) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): depende da classificação fiscal de cada produto industrializado, prevalecendo à alíquota de 5% a 10%; (ii) Programa de Integração Social (PIS): sistemática de cálculo não cumulativo a alíquota de 1,65%; (iii) Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS): sistemática de cálculo não cumulativo a alíquota de 7,60%; (iv) Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS): sistemática de cálculo não cumulativo alíquota: 18% ou 17% (quando operação for interna), e 7% ou 12% (quando operação for interestadual); e (v) Imposto sobre Serviços (ISS): depende das normas de cada Município e do tipo de serviços, prevalecendo à alíquota de 2% a 5%.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Na prática as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido na data do relatório.

Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos somente se for provável a sua compensação com lucros tributários futuros.

2.17 - Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

A Companhia através de sua subsidiária Mangels Componentes da Amazônia Ltda., goza de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, concedida pelo governo federal, para o desenvolvimento regional nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, para o exercício de 2009 a 2018, desde que obedecidas às seguintes obrigações:

- Cumprimento da legislação trabalhista e social das normas de proteção e controle do meio ambiente (Art. 14, inciso II, da Lei nº 6.938/81 do Decreto nº 94.075/94);
- Apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da Redução correspondente a cada exercício, observando as normas em vigor sobre a matéria (Art. 34 do Decreto 67.527, de 11/11/1970);
- Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo de incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis;
- Obrigação de aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade ligada à produção, na área de atuação da SUDAM.

O efeito da subvenção está demonstrado na Nota Explicativa nº 22.1.

2.18 - Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir estiverem atendidos para cada uma das atividades.

a) Venda de produtos

São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

b) Prestação de serviços

São reconhecidas no resultado quando do desfecho da prestação do serviço, bem como quando os benefícios econômicos fluirão para o tomador do serviço.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um instrumento financeiro a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para contabilização de certos ativos e passivos e outras transações. A definição de estimas e julgamentos contábeis adotados pela Administração foi elaborada com a utilização de informações disponíveis na data, envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros. As demonstrações contábeis incluem várias estimativas tais como: vida útil dos bens do ativo imobilizado, realização de créditos tributários diferidos, impairment nas contas a receber de clientes, perdas nos estoques, provisão para contingências, gastos com a venda do imóvel de São Bernardo do Campo, entre outras.

a) Provisão para Desativação de Ativos

A Companhia descontinuou as atividades de têmpera, relaminação, decapagem e centro de serviços de aço, realizada na fábrica localizada em São Bernardo do Campo – SP, conforme divulgado nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a desativação e a época esperadas dos referidos custos. O valor contábil da provisão em 31 de dezembro era de R\$ 23.492 (2013: R\$ 24.154).

Todo o ativo imobilizado da fábrica de São Bernardo do Campo foi classificado como disponível para venda e foi efetuada a devida provisão de impairment para realização deste ativo. O valor contábil em 31 de dezembro de 2014 e 2013 era de 2013: R\$ 19.714, vide nota 25.

b) Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Não houve alteração na política adotada pela Companhia sobre reconhecimento de provisão para causas cíveis e trabalhistas em relação àquela adotada no encerramento do exercício social de 2013.

c) Prejuízos Fiscais

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 249.622 (2013: R\$ 205.599). Esses prejuízos se referem a controladora e suas controladas, que apresentam histórico de prejuízos, estes não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do grupo. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

A controladora apresenta diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo, entretanto em decorrência da expectativa de realização futura, a Companhia deixou de reconhecer impostos diferidos ativos acumulado no montante de R\$134.777 (R\$103.355 referente ao exercício de 2012) e aplicou os conceitos de ajuste a valor presente das projeções da Companhia.

4. Investimento em controladas

A Companhia detém participação acionária em empresas que se dedicam a produção, comercialização e prestação de serviços nos segmentos em que atua.

A seguir é apresentado um resumo das informações financeiras dos investimentos nas empresas mencionadas:

31/12/2014

	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia. Ltda. - EPP	Total
Ativo circulante	26.485	5.595	1.190	33.270
Ativo não circulante	10.474	-	207	10.681
Ativo	36.959	5.595	1.397	43.951
Passivo circulante	1.760	4.008	1.022	6.790
Passivo não circulante	10.398	-	106	10.504
Passivo	12.158	4.008	1.128	17.294
Patrimônio líquido	24.801	1.587	269	26.657
Resultado líquido	3.064	(212)	195	3.047

31/12/2013

Mangels

	Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia. Ltda. – EPP	Total
Ativo circulante	45.606	5.668	890	52.164
Ativo não circulante	11.584	-	235	11.819
Ativo	57.190	5.668	1.125	63.983
Passivo circulante	26.914	3.378	1.052	31.344
Passivo não circulante	8.540	-	-	8.540
Passivo	35.454	3.378	1.052	39.884
Patrimônio líquido	21.736	2.290	73	24.099
Resultado líquido	1.104	(94)	(19)	991

Saldos patrimoniais e transações no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

31/12/2014

	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - % (Direta)	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	8.274	99.99	24.801	3.064
Mangels International Corporation	20	100.00	1.587	(212)
E.Koga e Cia. Ltda. - EPP	12	100.00	209	195

31/12/2013

	Ações ou quotas possuídas lote de mil	Participação da empresa no capital - % (Direta)	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	8.274	99.99	21.736	1.104
Mangels International Corporation	20	100.00	2.290	(94)
E.Koga e Cia. Ltda. - EPP	12	100.00	73	(19)

Movimentação dos investimentos

	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia. Ltda. - EPP	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	34.033	1.892	22.515	58.440
Equivalência patrimonial	1.104	(19)	(94)	991

Varição cambial sobre investimentos	-	-	559	559
Distribuição de dividendos	(13.400)	(1.800)	-	(15.200)
Redução de capital investido	-	-	(20.690)	(20.690)

Saldo em 31 de dezembro de 2013	21.737	73	2.290	24.100
--	---------------	-----------	--------------	---------------

Equivalência patrimonial	3.064	195	(212)	3.047
Varição cambial sobre investimentos	-	-	184	184
Redução do capital investido	-	-	(674)	(674)

Saldo em 31 de dezembro de 2014	24.801	268	1.588	26.657
--	---------------	------------	--------------	---------------

5. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos a divulgação de informações:

- Centro de Serviços de Aços: Instalado em Manaus (AM), o seguimento é responsável pelo fornecimento de tiras e bobinas laminadas a quente e frio, revestidas a zinco;
- Rodas: Situada em Três Corações (MG), a fábrica de rodas produz rodas de alumínio originais para montadoras de veículos;
- Cilindros: também situada em Três Corações, é responsável pela produção de cilindros para gás liquefeito de petróleo (GLP) e tanques de ar comprimido. A divisão possui o serviço de requalificação de cilindros para GLP, na própria planta de Três Corações mais cinco requalificadoras localizadas em Canoas (RS), Goiânia (GO), Feira de Santana (BA), Araucária (PR) e Paulínia (SP), além do centro de serviço de classificação de vasilhames vazios de GLP em Araucária (PR) e de fabricação de produtos estampados para os segmentos de infraestrutura.

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

O total de ativo por segmento reportável em 31 de dezembro de 2014 está apresentado a seguir:

							31/12/2014
	Aços Manaus	Cilindros	Rodas	Outros (*)	Operação Descontinuada	Total	
Ativos por segmento	36.960	94.156	156.148	51.711	78.650	417.625	

							31/12/2013
	Aços Manaus	Cilindros	Rodas	Outros (*)	Operação Descontinuada	Total	
Ativos por segmento	57.190	56.268	191.771	59.251	84.135	448.615	

(*) refere-se ao caixa, equipamentos de informática, impostos a recuperar, entre outros ativos

Unidade Aços – Manaus

	31/12/2014	31/12/2013	Varição %
Receita bruta	55.848	84.866	-34,2

Receita líquida	52.209	75.023	-30,4
<i>Mercado Interno</i>	52.209	75.023	
CPV	(44.106)	(64.395)	-31,5
Lucro Bruto	8.103	10.628	-23,8
<i>Margem bruta</i>	15,5%	14.2%	1.4 pp
Despesas operacionais			
Comerciais	(829)	(1.147)	-27,7
Administrativas	(2.821)	(8.972)	-68,6
Outras (despesas) receitas líquidas	(1.101)	(772)	42,7
	(4.751)	(10.891)	-56,4
Resultado operacional	3.352	(263)	1.374,1

Unidade Rodas

	31/12/2014	31/12/2013	Variação %
Receita bruta	284.191	334.775	-15,1
Receita líquida	227.142	259.681	-12,5
<i>Mercado Interno</i>	207.407	241.561	-14,1
<i>Mercado Externo</i>	19.735	18.120	8,9
CPV	(216.345)	(254.355)	-14,9
Lucro Bruto	10.797	5.326	102,7
<i>Margem bruta</i>	4,8%	2,1%	2.7 p.p
Despesas operacionais			
Comerciais	(3.718)	(5.640)	-34,1
Administrativas	(17.758)	(13.260)	33,1
Outras (despesas) receitas líquidas	(8.216)	(7.113)	17,1
	(29.692)	(26.013)	14,1
Resultado operacional	(18.895)	(20.687)	-8,7

Unidade Cilindros

	31/12/2014	31/12/2013	Variação %
--	-------------------	-------------------	-------------------

Receita bruta	227.692	163.183	139,5
Receita líquida	170.590	126.291	35,1
<i>Mercado Interno</i>	165.480	123.510	34,0
<i>Mercado Externo</i>	5.110	2.781	83,7
CPV	(142.806)	(111.353)	28,2
Lucro Bruto	27.784	14.939	86,1
<i>Margem bruta</i>	16,3%	11,8%	4.5 p.p
Despesas operacionais			
Comerciais	(7.264)	(5.939)	22,3
Administrativas	(14.243)	(9.510)	48,8
Outras (despesas) receitas líquidas	(5.338)	(4.356)	24,6
	(26.845)	19.805	35,5
Resultado operacional	939	(4.886)	-119,5

Informações geográficas

Receitas de clientes no exterior – Consolidado

	Aços- Manaus	Rodas	Cilindros	Total	31/12/2014
Receita líquida	52.209	227.142	170.590	449.941	
Mercado Interno	52.209	207.407	165.480	425.106	
Mercado Externo	-	19.735	5.110	24.845	
América do Sul e Central	-	19.735	5.110	24.845	
					31/12/2013
	Aços- Manaus	Rodas	Cilindros	Total	
Receita líquida	75.023	259.681	126.291	460.995	
Mercado Interno	75.023	241.561	123.510	440.094	
Mercado Externo	-	18.120	2.781	20.901	
América do Sul e Central		18.120	2.781	20.901	

6. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento profissional e adoção de estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias, pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, transações com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimo para aquisição de ativo imobilizado.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

b) Mensuração a valor justo

A Companhia apresenta a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros apresentados nas demonstrações contábeis:

				Consolidado
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	42.631	26.090	42.631	26.090
Títulos e valores mobiliários	2.992	3.170	2.992	3.170
Contas a receber de clientes	34.727	37.751	34.727	37.751
Tributos a recuperar	20.383	29.779	20.383	29.779
Total	100.733	96.790	100.733	96.790
Passivos financeiros				
Fornecedores	49.315	78.857	49.315	78.857
Empréstimos e financiamentos *	437.488	403.520	437.488	409.342
Tributos a recolher	7.105	9.836	7.105	9.836
Total	493.908	492.213	493.908	498.035

* Em 2013, a diferença entre o valor contábil e o valor justo incluem os custos incorridos na captação dos empréstimos. Em 2014, esses custos no valor de R\$5.822 foram levados a resultado em razão renegociação da dívida em conformidade com o Plano de Recuperação Judicial. Esse valor encontra-se registrado no grupo de despesas financeiras.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma

transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar, outros ativos financeiros, fornecedores e outras obrigações:* aproximam-se de seus valores de realização em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- *Títulos e valores mobiliários:* tem o valor de mercado mensurado através de cotações de preço na data das informações trimestrais e demonstrações contábeis.
- *Empréstimos e Financiamentos:* tem o valor de mercado mensurado com base no fluxo de caixa esperado, descontado a valor presente.

A tabela a seguir apresenta o nível de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3 com base no grau em que seu valor justo é estimado, sendo:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis direta ou indiretamente; e

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Consolidado			
	31/12/2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos avaliados a valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	42.631	X	-	-
Títulos e valores mobiliários	2.992	-	X	-
Passivos avaliados a valor justo				
Empréstimos e financiamentos	437.488	X	-	-

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía direitos e obrigações em moeda estrangeira, conforme tabela a seguir:

	Controladora / Consolidado			
	Regime de competência			
	Milhares de US\$		Milhares de R\$	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Direitos				
Caixa e equivalentes de caixa	3.380	1.526	8.979	3.575
Clientes	750	1.049	1.991	2.457
	4.130	2.575	10.970	6.032

Obrigações

Empréstimos e financiamentos	(79.915)	(79.026)	(212.271)	(185.127)
Fornecedores	(1.179)	(1.251)	(3.130)	(2.931)
	(81.094)	(80.277)	(215.402)	(188.058)
Exposição líquida	(76.964)	(77.702)	(204.432)	(182.026)

a) **Análise de sensibilidade**

A Deliberação CVM nº. 550 de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI (para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e empréstimos captados em moeda nacional); libor (para empréstimos captados no exterior) e dólar (clientes no mercado externo, fornecedores estrangeiros e empréstimos em moeda estrangeira). Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração. Os cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A Companhia utilizou taxas de juros e dólar futuros projetados, obtidos junto ao Banco Central do Brasil na data do vencimento dos contratos. Dessa forma, as taxas praticadas para desenvolvimento do cenário I, foram às seguintes: Libor Semestral 0,34850% a.a., Dólar R\$ 2,3426 e CDI 9,77% a.a.

		Variação			Consolidado
		Riscos	Cenário I	Cenário II	Cenário III
PASSIVOS					
Dívida em US\$	Aumento da Libor		212.271	212.476	212.680
Dívida em US\$	Aumento do US\$		212.271	265.339	318.407
Dívida em moeda nacional	Aumento do CDI		4.421	4.540	4.659
ATIVOS					
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do CDI		28.576	27.805	27.035
Títulos e valores mobiliários	Queda do CDI		2.974	2.894	2.814
Caixa e equivalentes de caixa	Queda do US\$		8.979	6.734	4.490
Clientes	Queda do US\$		1.991	1.493	995

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração média- %		Controladora		Consolidado	
			31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Em moeda nacional						
CDB	100,30	CDI	4.107	1.230	17.889	8.687
Operações compromissadas	101,75	CDI	10.687	1.913	10.687	1.913
Disponibilidade em conta corrente			3.095	8.386	5.076	11.915
			17.889	11.529	33.652	22.515
Em moeda estrangeira						
Time deposit	0,35	Libor	-	-		937
Disponibilidade em conta corrente			8.632	2.161	8.979	2.638
			8.632	2.161	8.979	3.575
Total			26.521	13.690	42.631	26.090

7. Títulos e valores mobiliários

	Remuneração média- %		Controladora		Consolidado	
			31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Em moeda nacional						
CDB	99,3	CDI	2.769	3.104	2.992	3.170
			2.769	3.104	2.992	3.170

9. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
No Brasil	31.490	39.815	33.954	44.533
No Exterior	1.991	2.457	1.991	2.457
	33.481	42.272	35.945	46.990
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.117)	(9.228)	(1.218)	(9.239)
	32.363	33.044	34.727	37.751

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento em 31 de dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	30.574	29.534	32.608	31.647
Títulos vencidos				
de 1 a 30 dias	1.247	2.436	1.554	3.354
de 31 a 60 dias	383	870	384	1.452
de 61 a 90 dias	54	1.242	54	2.203

de 91 a 180 dias	283	2.753	301	2.843
de 181 a 360 dias	482	2.017	534	2.051
mais de 360 dias	458	3.420	490	3.440
	2.907	12.738	3.317	15.343
Total	33.481	42.272	35.925	46.990

As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão a seguir demonstradas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(9.228)	(9.239)
Complemento de provisão	(4.959)	(5.168)
Provisões estornadas e não utilizados	13.070	13.189
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(1.117)	(1.218)

10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Produtos abacados	12.641	10.106	14.711	12.772
Adiantamento de Fornecedores	11.012	34.521	11.012	38.547
Produtos em processo	12.772	5.274	16.411	5.489
Matérias-primas	10.127	8.776	10.214	13.564
Materiais auxiliares	3.873	20.394	6.854	20.614
Provisão para perdas dos estoques	(4.805)	(5.551)	(5.205)	(5.743)
	45.620	73.520	53.997	85.243

As movimentações da provisão para perdas nos estoques estão a seguir demonstradas:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(5.551)	(5.743)
Complemento de provisão	(3.096)	(3.336)
Valores utilizados	3.589	3.621
Valores não utilizados e estornados	253	253
	746	538
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(4.805)	(5.205)

11. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
ICMS (i)	2.455	5.046	2.495	5.693
IRPJ	173	3.884	174	4.145
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	2.759	7.980	2.759	7.980
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	6.047	5.613	6.078	5.624
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.695	1.219	1.955	1.219
Contribuição financiamento da seguridade social-COFINS (ii)	6.035	3.691	6.066	3.776
Programa de integração social – PIS (iii)	2.150	2.226	2.151	2.245
PIS e Cofins sobre o imobilizado	804	507	811	1.100
Créditos previdenciários	-	95	-	95
Outros	-	4	3	13
	22.118	30.365	22.492	31.890
Circulante	20.009	28.155	20.383	29.779
Não circulante	2.109	2.110	2.109	2.111

(i) O saldo a recuperar de ICMS é decorrente, basicamente, dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem regime de diferimento na venda e de aquisição de imobilizado, calculados conforme Decisão Normativa CAT Nº 1º de 25 de abril de 2001, os quais estão sendo aproveitados em 48 parcelas. Em 2014, foi estornado o valor de

R\$ 2.980 considerado não passível de compensação, a contrapartida foi registrada no resultado da Companhia na rubrica outras receitas / despesas operacionais.

(ii) O saldo a recuperar de PIS e COFINS é decorrente dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem como regime de tributação o cálculo não cumulativo e de aquisição de ativo imobilizado, calculados conforme Lei 10.637/2002 os quais estão sendo aproveitados em 12 parcelas.

(iii) Refere-se ao saldo a recuperar de créditos de PIS e COFINS sobre insumos contabilizados extemporaneamente em 2011, no valor de R\$10.787.

12. Imobilizado

Controladora	Terrenos	Edificações & benfeitorias	Equipamentos & Instalações	Veículos	Movéis e utensílios	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.481	21.773	116.941	870	1.755	118	530	146.468
Aquisição	-	-	3.384	-	5		7.101	10.490
Baixas - custo		(162)	3.273	(892)	(4.587)		(567)	(2.935)
Baixas - depreciação		130	(3.711)	868	4.514			1.801
Transferência entre contas		-	2	-	(2)		-	0
Depreciação		(695)	(13.645)	(332)	(330)			(15.002)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	4.481	21.046	106.244	514	1.355	118	7.064	140.822
Custo total	4.481	39.002	254.097	2.036	10.477	118	7.064	317.275
Depreciação acumulada	-	(17.956)	(147.853)	(1.522)	(9.122)	-	-	(176.453)
Valor residual	4.481	21.046	106.244	514	1.355	118	7.064	140.822
Taxa anual média de depreciação - %		2	6,3	20	11			

Consolidado	Terrenos	Edificações & benfeitorias	Equipamentos & Instalações	Veículos	Movéis e utensílios	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.496	28.067	122.052	906	1.841	118	600	158.080
Aquisição	20	-	3.469	-	6		7.135	10.630
Baixas - custo		(159)	3.277	(889)	(4.630)		(640)	(3.041)
Baixas - depreciação		129	(3.743)	866	4.553			1.805
Transferência entre rubricas		-	32	-	(2)		(30)	-
Depreciação		(935)	(14.552)	(350)	(348)			(16.185)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	4.516	27.102	110.535	533	1.420	118	7.065	151.289
Custo total	4.516	46.545	264.171	2.129	10.619	118	7.065	335.163
Depreciação acumulada	-	(19.443)	(153.636)	(1.596)	(9.199)	-	-	(183.874)
Valor residual	4.516	27.102	110.535	533	1.420	118	7.065	151.289
Taxa anual média de depreciação %		2	6,3	20	11			

(a) O saldo do ativo imobilizado inclui avaliações por custo atribuído de terrenos, edifícios e equipamentos e instalações, sendo a última efetuada em 30 de setembro de 2007. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo líquido dos bens avaliados é de R\$ 18.367 (R\$ 19.305 em 31 de Dezembro de 2013), sendo nessa data o valor das depreciações acumuladas de R\$ 16.959 (R\$ 16.921 em 31 de Dezembro de 2013).

Conforme disposição da Deliberação CVM nº 183/95, a parcela realizada da avaliação por custo atribuído líquida de imposto de renda e de contribuição social, foi transferida para "Prejuízos acumulados" e totalizou, no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2014, R\$487 (R\$ 550 em 31 de dezembro de 2013).

(b) Parte dos imóveis e equipamentos está vinculada como garantia para os empréstimos e financiamentos tomados junto a instituições financeiras nacionais e estrangeiras, conforme mencionado na Nota 14.

13 - Intangível

Controladora e Consolidado	Software	Desenvolvimento de sistemas	Outras	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	8.418	572	57	9.047
Aquisição	3.665	694	-	4.359
Amortização	(809)	(2.550)	(31)	(3.390)
Baixa – custo	-	(579)	-	(579)
Baixa – amortização	-	353	-	353
Transferência entre rubricas- custo	(12.947)	12.947	-	-
Transferência entre rubricas- amortização	4.741	(4.741)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	3.068	6.696	26	9.790
Custo total	4.298	22.782	158	27.239
Amortização	(1.230)	(16.086)	(132)	(17.449)
Valor residual	3.068	6.696	26	9.790

14. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Sujeito à recuperação judicial (*)				
Moeda nacional				
Credores com garantia real				
Banco da Amazônia S/A	-	-	3.554	3.570
Credores quirografários – Opção A				
Banco HSBC Bank Brasil S/A	67.959	50.932	67.959	67.088
Banco Itaú BBA S/A	56.330	55.703	56.330	55.703
Caixa Econômica Federal	6.113	3.849	6.113	3.849
Banco Safra S/A	7.493	7.645	7.493	7.645
Credores quirografários – Opção B				
Banco do Brasil	72.868	62.784	72.868	62.784
	210.763	180.913	214.317	200.639
Moeda estrangeira				
Credores com garantia real				
DEG / FMO	105.286	90.722	105.286	90.722
Credores quirografários – Opção A				
Banco Bradesco S/A	92.003	83.408	92.003	83.408

Banco Votorantim S/A	14.982	11.072	14.982	11.072
	212.271	185.202	212.271	185.202
Não sujeito a recuperação judicial				
Credores fiduciários				
Banco da Amazônia S/A (**)	-	-	6.479	6.599
Banco do Brasil S/A (***)	4.422	11.080	4.422	11.080
	4.422	11.080	10.901	17.679
Total de empréstimos e financiamentos	427.456	377.195	437.489	403.520
Circulante	1.001	-	1.299	-
Não circulante	426.455	377.195	436.189	403.520

(*) Os detalhes sobre os empréstimos e financiamentos sujeitos a recuperação judicial estão descritos na nota explicativa nº 1.1.

(**) Embora parte do empréstimo junto ao Banco da Amazônia S/A não esteja sujeito à recuperação judicial, o banco concordou em manter as condições anteriormente contratadas, ou seja, a dívida está sujeita a juros de 10% a.a.

(***) A dívida junto ao Banco do Brasil refere-se a operações de FINAME que tem como garantia o equipamento financiado e está sujeita a juros de 4,5% a.a.

A seguir seguem demonstrados os empréstimos e financiamentos por data de vencimento

Ano	31/12/2014	
	Controladora	Consolidado
2015	1.001	1.299
2016	14.242	14.686
2017	38.343	39.231
2018	42.547	43.435
2019	54.637	55.525
2020	35.215	36.103
2021	35.529	36.417
2022	35.529	36.417
2023	46.987	47.875
2024	123.426	124.240
2025 em diante	-	2.261
	427.456	437.489

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Sujeito à recuperação judicial (*)				
Moeda nacional				
Credores com garantia real	2.151	2.140	2.151	2.140
Credores quirografários				
Estratégicos	16.583	16.546	16.820	16.740
Outros	11.357	14.278	11.551	14.467
	30.091	32.964	30.522	33.347
Não sujeito a recuperação judicial (**)				
Fornecedores nacionais	15.518	39.021	15.663	42.990
Fornecedores estrangeiros	3.130	2.520	3.130	2.520
	18.648	41.541	18.793	45.510
Total de fornecedores	48.739	74.505	49.315	78.857
Circulante	22.521	74.505	22.715	78.857
Não circulante	26.218	-	26.600	-

(*) Os detalhes sobre os fornecedores sujeitos a recuperação judicial estão descritos na nota explicativa nº 1.1.

(**) Os fornecedores não sujeitos a recuperação judicial, são devidos ao curso normal do negócio e tem prazo de pagamento em média de 15 dias.

A seguir seguem demonstrados os fornecedores por data de vencimento

Ano	31/12/2014	
	Controladora	Consolidado
2015	22.521	22.715
2016	4.276	4.313
2017	5.545	5.660
2018	5.545	5.660
2019	5.545	5.660
2020	1.769	1.769
2021	1.769	1.769
2022	1.769	1.769
	48.739	49.315

16. Provisão para riscos e discussões judiciais

A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas e tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A provisão para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais.

Abaixo demonstramos os saldos das provisões para riscos e discussões judiciais e dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	Controladora			
	Depósitos judiciais		Provisão para riscos e discussões judiciais	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Tributárias	5.262	3.023	(14.144)	(1.070)
Trabalhistas e previdenciárias	2.443	4.321	(5.912)	(8.531)
Outras	1.530	1.432	(3.910)	(3.876)
	9.235	8.776	(23.966)	(13.447)

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Trabalhista e previdenciárias	Tributárias	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(8.531)	(1.070)	(3.876)	(13.477)
Adições	(5.612)	(5.009)	(34)	(10.655)
Baixas		166	-	166
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(14.143)	(5.912)	(3.910)	(23.965)

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisão para riscos e discussões judiciais	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Tributárias	5.305	3.023	(14.344)	(1.070)
Trabalhistas e previdenciárias	2.443	4.321	(5.912)	(8.723)
Outras	1.780	1.432	(3.910)	(3.876)
	9.528	8.776	(24.166)	(13.669)

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Trabalhista e previdenciárias	Tributárias	Outras	Total

Saldo em 31 de dezembro de 2013	(8.723)	(1.070)	(3.876)	(13.669)
Adições	(5.621)	(5.009)	(34)	(10.664)
Baixas	-	167	-	167
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(14.344)	(5.912)	(3.910)	(24.166)

Riscos classificados como prováveis – estão devidamente provisionadas na rubrica Provisão para riscos e discussões judiciais e representadas conforme abaixo descrito:

- Trabalhistas e previdenciárias: são representados por ações trabalhistas que buscam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, tais como: horas-extras, equiparação salarial e outros;
- Tributárias: são representadas por ações de compensação de PIS/ COFINS sobre crédito presumido de IPI, sobre exportações e créditos extemporâneos de ICMS.
- Outras: representados por Empréstimo Compulsório Eletrobrás.

Riscos classificados como possíveis- não têm provisões reconhecidas contabilmente e estão representadas por processos administrativos ou demandas judiciais conforme descrito abaixo:

a) *Tributárias*

- PIS E COFINS - compensações do crédito presumido de IPI referente ao 1º e ao 3º trimestre de 2000 com débitos de PIS e COFINS não homologados pela fiscalização federal, efetuadas no exercício de 2003, no valor de R\$ 3,6 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2014.
- CPMF – compensações de créditos acumulados de IPI no período de 2002 a 2005 com débitos de CPMF. Referem-se a créditos reconhecidos parcialmente pelo Fisco, o qual entendeu que os mesmos seriam insuficientes uma vez que também incluiu aos débitos da CPMF multa de mora. O montante corresponde a R\$ 4,08 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2014.
- CSLL/IRPJ e outros – Compensações de crédito de PIS/COFINS sobre exportação referente o 1º e 2º trimestres de 2004 com débitos da CSLL/IRPJ e outros, não homologadas pela fiscalização federal por contemplar vendas para a Zona Franca de Manaus. O montante é de R\$ 4,92 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2014.
- Divergência de códigos de Contribuições Retidas; AI/05 de IPI/II Drawback/MG; AI/00 de IRPJ Lucro Inflacionário e compensação de IRRF e outros com saldo credor de IPI/06, não homologadas. A Companhia apresentou as respectivas defesas. O montante envolvido é R\$ 1,3 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2014.

b) *Previdenciárias*

- INSS e SAT sobre folha de pagamento e multas - Em Novembro de 2007 foi lavrada notificação fiscal de lançamento de débito - NFLD pelo INSS, em razão de recolhimentos a menor de contribuições previdenciárias (INSS, SAT e

terceiros) no período de 2002 a 2006. O montante envolvido é de R\$ 4,20 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2014.

ii) INSS e Salário Educação - Compensações de Salário Educação com débitos de INSS e Salário Educação no período de Janeiro de 1999 a Fevereiro de 2002, mediante acórdão favorável transitado em julgado, o qual foi rescindido por decisão proferida em Ação Rescisória. A companhia apresentou recurso. O montante envolvido é de R\$ 5,04 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2014.

c) *Cíveis*

A Companhia é parte em quatro ações cíveis, entre as quais três no âmbito da justiça cível e uma na justiça federal, movidas por prestadores de serviços e INSS, referente a pedidos de indenização, perfazendo o montante de R\$ 3,24 milhões, atualizado até 31 de dezembro de 2014.

d) *Legislação vigente*

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

17. Informações sobre partes relacionadas

a) Transações e saldos

Saldos patrimoniais e transações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Passivo Circulante	Receitas	Passivo Circulante	Receitas
Com empresas consolidadas				
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	452	-	(16.690)	6.026
Mangels International Corportion	(1.155)		(174)	
E.Koga Ltda.	(233)		(829)	
Controladora	(936)		(17.693)	6.026

O saldo do passivo circulante são contratos de mútuo entre as empresas controladas pela Mangels Industrial S/A.

As receitas referem-se à operação comercial de venda de aço da Mangels Industrial S/A. para Mangels Componentes da Amazônia.

	31/12/2013	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos	Passivo Circulante	Passivo não circulante
Com acionistas minoritários		
Caixa Econômica Federal	3.849	6.113

Todas as transações acima estão em condições pactuadas entre as partes.

b) Remuneração do pessoal-chave da administração - Consolidado

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Diretores, foi fixada em até R\$ 5.304 conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de maio de 2014.

A remuneração paga durante os trimestres findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Honorários e encargos da diretoria e conselheiros	4.603	4.130
Planos de aposentadoria e pensão (i)	-	16
Outros benefícios	-	123
	4.603	4.269

(i) Refere-se ao plano de contribuição definida mencionada na Nota Explicativa 2.8 das Demonstrações Anuais, sendo o valor aqui apresentado relativo apenas aos administradores, não incluindo os demais funcionários. O referido plano foi suspenso em Julho de 2013, pelo prazo de 24 meses.

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o capital social da Companhia está dividido em 17.349.638 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 6.201.730 ordinárias e 11.147.908 preferenciais.

As ações preferenciais não gozam de direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, todavia têm: prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza.

A posição acionária em 31 de dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 está demonstrada a seguir:

31/12/2014

Acionistas:	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Qtidade	%	Qtidade	%	Qtidade	%
Mangels S.A.	6.197.018	99,92	166	0,0	6.197.184	35,72
Caixa Econômica Federal	-	-	1.438.268	12,90	1.438.268	8,59
Antônio Farina	-	-	1.300.000	11,66	1.300.000	8,29
José Antonio Bertoluzzo Neto	-	-	1.200.000	10,76	1.200.000	6,92
André Ricardo Beim	-	-	697.600	6,26	697.600	4,02
Outros	4.712	0,08	6.511.874	58,41	6.516.586	37,56
Total	6.201.730	100,00	11.147.908	100,00	17.349.638	100,00

31/12/2013

Acionistas:	Ações					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Qtidade	%	Qtidade	%	Qtidade	%
Mangels S.A.	6.197.018	99,92	166	0,0	6.197.184	35,72
Yukon Fundo de Invest. Ações	-	-	1.491.100	13,38	1.491.100	8,59
Caixa Econômica Federal	-	-	1.438.268	12,90	1.538.268	8,29
José Antônio Bortoluzzo Neto	-	-	1.200.000	10,76	1.200.000	6,92
Outros	4.712	0,08	7.018.374	62,96	7.023.086	40,48
Total	6.201.730	100,00	11.147.908	100,00	17.349.638	100,00

b) Avaliação por custo atribuído

A realização da avaliação por custo atribuído da Companhia é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens avaliados e transferidos para prejuízos acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

c) Mercado de capitais

Os papéis da Mangels são negociados substancialmente nos pregões realizados na BM&F/BOVESPA. Em 31 de dezembro de 2014, havia em circulação no mercado, 4.706 ações ordinárias e 9.741.292 ações preferenciais

representando 56,14% do total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 0,08% das ações ordinárias e 87,38% das ações preferenciais.

19. Resultado por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/12/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	(15.855)	(28.500)	(44.355)
Resultado atribuível aos acionistas	(15.855)	(28.500)	(44.355)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas - R\$	(2,55654)	(2,55654)	(2,55654)
Quantidade média das ações ponderadas no período	6.201.730	11.147.908	17.349.638

	31/12/2013		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Proveniente das operações continuadas	(44.272)	(79.582)	(123.854)
Proveniente das operações descontinuadas	(4.792)	(8.614)	(13.406)
Resultado atribuível aos acionistas	(49.063)	(88.197)	(137.260)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações continuadas - R\$	(7,13871)	(7,13871)	(7,13871)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de operações descontinuadas - R\$	(0,77270)	(0,77270)	(0,77270)
Quantidade média das ações ponderadas no período	6.201.730	11.147.908	17.349.638

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferências e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição.

20. Resultado financeiro

20.1. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Juros sobre aplicações financeiras	1.568	3.956	2.470	4.876
Descontos obtidos	37	811	417	871
Deságio obtido credores recup.judicial	2.826	-	2.874	

Outras receitas	512	1.212	997	1.453
	4.943	5.979	6.758	7.200

20.2. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Tarifas bancárias	(400)	(400)	(470)	(473)
Juros sobre empréstimos	(19.195)	(29.687)	(18.881)	(30.953)
Juros passivos	(1.399)	(3.560)	(299)	(3.074)
Outras despesas	(6.831)	(8.195)	(6.854)	(9.773)
	(27.825)	(41.842)	(26.504)	(44.273)

21. Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Matérias-primas consumidas	(230.222)	(232.832)	(268.205)	(282.756)
Outros custos, despesas e receitas	(69.682)	(134.280)	(77.756)	(133.288)
Despesas com pessoal	(95.401)	(97.933)	(98.990)	(101.543)
Depreciação e Amortização	(18.412)	(20.513)	(19.601)	(22.050)
Despesa por natureza	(413.717)	(485.558)	(464.552)	(539.637)
Custo das mercadorias vendidas	(359.838)	(378.927)	(403.257)	(430.103)
Com vendas	(11.172)	(12.072)	(11.811)	(12.727)
Gerais e administrativas	(30.575)	(29.291)	(34.843)	(31.743)
Outras despesas/ receitas operacionais	(12.132)	(26.042)	(14.641)	(25.838)
Despesas por função - Operações Continuadas	(413.717)	(446.332)	(464.552)	(500.411)
Custo das mercadorias vendidas	-	(38.667)	-	(38.667)
Com vendas	-	(2.339)	-	(2.339)
Gerais e administrativas	-	(6.609)	-	(6.609)
Outras despesas/ receitas operacionais	-	8.389	-	8.389
Despesas por função - Operações Descontinuadas	-	(39.226)	-	(39.226)
Despesas por função - Total	(413.717)	(485.558)	(464.552)	(539.637)

22. Outras receitas/ despesas e ajustes

22.1 Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita de impostos (extemporâneos)	10.756	788	10.915	788
Receita de venda de ativos	80		80	
Benefício IRPJ - SUDAM	-	-	68	297
Outras receitas	120	10	145	10
	10.956	797	11.208	1.095

22.2 Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Baixa do ágio baseado em rentabilidade futura	-	(13.598)	-	(13.598)
Parcelamento de impostos	(836)	(3.625)	(836)	(3.625)
Provisão para despesas com implantação do ERP SAP	-	(2.400)	-	(2.400)
Provisão para processos contingenciais	(10.664)	(3.021)	(10.674)	(3.019)
Resultado na venda de ativos	(449)	(1.400)	(453)	(1.400)
Despesas com recuperação judicial	(7.072)	(1.163)	(7.072)	(1.163)
Multas diversas	(502)	(442)	(532)	(447)
Honorários advocatícios	(1.805)	(334)	(1.837)	(334)
Estorno ICMS a recuperar de ativo	(2.980)	-	(2.980)	-
Outras despesas	(1.296)	(856)	(1.458)	(946)
	(25.604)	(26.839)	(25.842)	(26.933)

23. Receita líquida de vendas de bens e ou serviços

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Operações continuadas				
Receita Bruta	516.305	523.240	567.731	582.904

Impostos e taxas sobre vendas, cancelamentos e devoluções	(115.470)	(119.409)	(117.790)	(121.809)
Receita Líquida	400.835	403.831	449.941	460.995

Operações descontinuadas

Receita Bruta (i)	-	37.931	-	37.931
Impostos e taxas sobre vendas, cancelamentos e devoluções	-	(11.526)	-	(11.526)
Receita Líquida	-	26.405	-	26.405

(i) As receitas líquidas relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2013 referem-se exclusivamente a realização de esforços existentes e atendimento de compromissos até 31 de julho de 2013.

24. Impostos sobre o resultado

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal brasileira nos trimestres findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Operação continuada:				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(44.355)	(93.587)	(43.472)	(92.701)
Operação descontinuada:	-			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(13.406)	-	(13.406)
	(44.355)	(106.993)	(43.472)	(106.107)
Exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(3.047)	(991)	-	-
Lançamentos de RTT que não geram constituição de diferido	5.896	6.848	5.896	6.848
Prejuízo após a exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(41.506)	(101.136)	(37.576)	(99.259)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	14.112	34.386	12.776	33.748
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Despesas não dedutíveis	(1.498)	(8.424)	(1.498)	(8.424)
Ativo Diferido não Constituído no período	(31.422)	(53.743)	(31.422)	(53.743)
Outros	18.807	(2.487)	19.261	(2.734)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-	-	(883)	(885)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	-	(30.267)	-	(30.268)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado de exercício	-	(30.267)	(883)	(31.153)
Alíquota efetiva	-	29,93%	2,35%	31,39%

O imposto de renda e a contribuição social são calculados conforme legislação e alíquota vigentes à data do balanço - alíquota de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social sobre o lucro. De acordo com as disposições da instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, são registrados contabilmente os créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas.

a) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Em decorrência da expectativa de realização futura, a Companhia deixou de reconhecer impostos diferidos ativos acumulados no montante de R\$ 103.355 (R\$49.612 em 31 de dezembro de 2012) e aplicou os conceitos de ajuste a valor presente das projeções da Companhia.

(ii) *Tributos diferidos ativos*: os saldos dos tributos diferidos ativos são compostos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias referentes a provisões, cujo imposto será realizado quando do desfecho das correspondentes provisões. As atuais previsões de lucratividade futura da Companhia, descontadas a valor presente, não demonstraram lucro tributável no montante suficiente para suportar o imposto de renda e contribuição social diferido, assim foi revertido para o resultado de impostos diferidos o valor de R\$ 30.483 mil.

Abaixo demonstrado os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, reconhecidos:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	62.378	49.721
Contribuição social sobre base negativa	15.556	18.504
Diferenças temporárias:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	385	2.053
Provisões para contingências	8.038	4.566
Provisões de comissões sobre vendas	-	17
Provisões para PLR	181	615
Provisões para perda em inventário	1.634	1.887
Provisões par perda de bens destinados à venda	7.987	6.263
Variação cambial – regime de competência	9.496	15.888
Provisão não dedutível	460	4.220
Provisão Phase out SBC	8.173	5.074
Outros	26.848	1.090
Diferido constituído em exercícios anteriores	(103.355)	(49.612)
Diferido não constituído no exercício	(31.422)	(53.743)
Total de imposto de renda e contribuição diferidos ativos	6.359	6.543
Impostos diferidos sobre reavaliação de ativos	(6.359)	(6.543)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(6.359)	(6.543)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	-	-

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho da economia brasileira e mundial, seleção de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de vendas, alíquotas de impostos e outros que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como a base tributável do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, isenções e incentivos fiscais, e, diversas outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo único de lucros futuros da Companhia e suas controladas.

(iii) *Tributos diferidos passivos:* A Companhia calcula tributos diferidos passivos sobre as reavaliações efetuadas e está transferindo este valor para o resultado à medida de sua realização por depreciação ou baixa dos bens.

b) Subvenções governamentais

A Companhia através da sua controlada Mangels Componentes da Amazônia Ltda., localizada no Distrito Industrial, da cidade Manaus - AM, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, goza do direito de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, calculados com base no lucro da exploração.

Tal incentivo tem como fundamento legal o artigo 23 do Decreto-lei nº 756/ 69, Decreto nº 94.075, de 5/5/1987, Art. 3º da Lei nº 9.532, de 10/12/2007, com alterações introduzidas pelo Artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/8/2001, com redação dada pelo Art. 32 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005, e conforme o Art. 5º e Art.13 da Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007.

A redução do Imposto sobre a Renda, decorrente desse benefício, é contabilizada no resultado do exercício. Entretanto, ao final de cada exercício social, após a apuração do lucro líquido, o valor do incentivo fiscal é alocado à conta reserva para incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

25. Operação descontinuada

A Companhia em 2012 descontinuou algumas unidades de negócios com o objetivo de otimizar os seus resultados, fortalecer a sua posição financeira e capitalizar a Empresa.

Os ativos estão disponíveis para venda imediata, podendo ser vendida a um potencial comprador no seu estado atual.

O encerramento total das atividades desenvolvidas na planta de São Bernardo do Campo ocorreu em Julho de 2013, inclusive com as vendas de certos ativos. A alienação total dos ativos é parte integrante do plano de recuperação judicial, conforme demonstrado na nota nº 1.1.

Assim, segue apresentado o resultado deste negócio nos doze meses de 2013:

	31/12/2013
Receita líquida de vendas e serviços	26.405
Custo dos produtos e serviços vendidos	(38.667)
Lucro Bruto	(12.262)
Despesas operacionais/ financeiras	(1.144)

As **Resultado da operação descontinuada**

(13.406)

principais classes de ativos e passivos do negócio de Aços, classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, são:

	31/12/2014	31/12/2013
Ativo		
Circulante		
Contas a Receber	107	244
Estoques	162	5.203
(-) Deságio na realização de estoques	-	(1.998)
Demais ativos	600	898
	869	4.347
Não Circulante		
Imobilizado destinado à venda	92.938	93.353
(-) Ajuste ao valor justo de venda e despesas a incorrer na alienação	(19.714)	(19.714)
Ativo imobilizado	704	848
Ativo intangível	416	620
Demais ativos	3.437	3.258
	77.781	78.365
Totais dos ativos	78.650	82.712
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	2.205	(705)
Outros passivos	1.049	3.396
Obrigações diretamente associadas à descontinuidade do negócio	18.302	22.032
	21.556	24.723
Não Circulante		
Outros passivos	3.884	3.340
Obrigações diretamente associadas a descontinuidade do negócio	3.800	3.800
	7.684	7.140
Totais dos passivos	29.240	31.864
Ativos líquidos diretamente associados a descontinuidade do negócio	49.410	50.848

Os fluxos de caixa incorridos pelo negócio de Aços seguem demonstrados abaixo:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fluxo de caixa da operação descontinuada		
Atividades operacionais	-	(8.745)
Relacionada a atividades de descontinuidade do negócio	6.686	(26.622)
Atividades de investimentos	<u>-</u>	<u>1.118</u>
Caixa líquido gerado (utilizado)	<u><u>6.686</u></u>	<u><u>(34.249)</u></u>